



Tecnologia e Sociedade

ISSN: 1809-0044

revistappgte@gmail.com

Universidade Tecnológica Federal do
Paraná
Brasil

Zerbato, Caio César; de Sá, Djalma; Binda, Natacha; Estevão do Nascimento, Décio
Curitiba 2030: indicadores para uma cidade em rede e do conhecimento
Tecnologia e Sociedade, vol. 9, núm. 16, enero-junio, 2013, pp. 106-114
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496650337009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Curitiba 2030: indicadores para uma cidade em rede e do conhecimento

Curitiba: indicators for a network city and knowledge

Caio César Zerbato⁶¹
Djalma de Sá
Natacha Binda
Décio Estevão do Nascimento

Artigo recebido em para publicação em abr/2013 e aceito para publicação em jun/2013

Resumo

O desenvolvimento de um espaço urbano, propício à inovação constitui-se em um desafio maior para os atores locais. Dentro desta perspectiva, o Projeto Cidades Inovadoras: Curitiba 2030 tem o objetivo de estabelecer um planejamento de longo prazo para Curitiba, promovendo a competitividade e a sustentabilidade, através da inovação e do capital social do município. O objetivo deste estudo é de propor indicadores que possam, ao longo dos anos, expressar a evolução das ações almejadas pelo projeto para o alcance dos objetivos da visão Curitiba 2030. Como delimitação do estudo, serão contemplados apenas dois dos 7 temas priorizados no projeto: "cidade em rede" e "cidade do conhecimento". Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, analisando o conteúdo da publicação Cidades Inovadoras Curitiba 2030: Todos pelo bem-estar, focando os dois temas escolhidos, sob o olhar de um referencial teórico. Como resultado, o estudo apresenta algumas sugestões de indicadores relacionados aos objetivos e ações dos dois temas trabalhados.

Palavras-chave: Curitiba 2030. Cidade em rede. Cidade do conhecimento. Indicadores. Planejamento. Gestão Urbana.

Abstract

The development of an urban space favorable to innovation constitutes a major challenge for the local actors. Within this perspective, the Innovative Cities: Curitiba 2030 Project aims to establish a long-term plan for Curitiba, promoting competitiveness and sustainability through innovation and the social capital of the municipality. The objective of this study is to propose some indicators that can, over the years, express the evolution of the actions pursued by the project to achieve the goals of Curitiba 2030 Vision . As the delimitation of the study, only two of the seven priority issues in the project will be covered: "network city" and "city of knowledge". In terms of methodology, it is essentially a bibliographical research, analyzing the content of the publication Curitiba Innovative Cities 2030: All for the well-being, focusing on the two themes selected, from the perspective of a theoretical framework. As a result, the study presents some suggestions for indicators related to objectives and actions of the two analyzed themes.

Keywords: Curitiba 2030. Network city. Knowledge city. Indicators. Planning. Urban Management.

⁶¹ **Caio César Zerbato:** Economista, Mestre em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: caio.zerbato@gmail.com

Natacha Binda: Economista, especialista em Engenharia de Negócios, formada na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: natbinda@gmail.com

Djalma de Sá: Economista, Mestre em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: djalmaadesa@gmail.com

Décio Estevão do Nascimento: Engenheiro Operacional, Doutor em Ciências do Homem e Tecnologia pela Université de Technologie de Compiègne (UTC) e Pós-Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professor-pesquisador da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, vinculado ao Departamento de Acadêmico de Eletrônica, com atuação nos Programas de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) e em Planejamento e Governança Pública (PGP). E-mail: decio@utfpr.edu.br

Introdução

As políticas públicas são implementadas pelas ações de Governo e visam corrigir as falhas de mercado de acordo com as demandas sociais. Sua efetividade é decorrente da conjuntura social e do ambiente institucional, caracterizando a importância do monitoramento das ações e dos resultados. O desenvolvimento das políticas públicas permeia a adaptabilidade ao contexto local, delineando a necessidade do impacto das políticas na vida dos cidadãos. Para isso, outro aspecto relevante é o seu planejamento estratégico, orientando-as para a utilização dos recursos com vistas ao desenvolvimento sustentável, analisando a complexidade das ações e a condução do processo para a redução das desigualdades sociais (MENDES et al., 2010, p. 4-5).

A crise social urbana devido ao grande contingente populacional deslocado para as cidades ao longo do século XX causou a marginalização dos espaços e a segregação social e delineou um cenário em que as políticas públicas para a questão urbana deveriam promover uma nova relação entre o Estado e a sociedade. Tal ação é caracterizada pelo processo participativo dos cidadãos nas diretrizes e estratégias adotadas para uma nova agenda urbana. As políticas urbanas embasadas na participação da sociedade civil e em uma nova forma de administração da coisa pública incentivam a responsabilidade dos governos locais, através dos mecanismos públicos de governança e do empoderamento da sociedade por meio da descentralização das políticas públicas urbanas para os municípios. Em conformidade com essas transformações, as atenções foram voltadas para os municípios, sendo essa a esfera mais apropriada para o sucesso da implantação de políticas públicas com foco na localidade e suscetíveis a um controle mais eficaz dos cidadãos (LIMA, 2008, p. 14-17).

As políticas públicas de longo prazo para as cidades são fatores primordiais do planejamento estratégico dos espaços urbanos voltados para o desenvolvimento sustentável. Para isso é necessário pensar e integrar a inovação em todas as dimensões da sustentabilidade. No caso da dimensão econômica, os planejamentos municipais devem promover espaços urbanos propícios ao desenvolvimento de uma economia inovadora. O desenvolvimento de um ambiente, de um espaço urbano, propício para a inovação constitui-se em um desafio maior para os atores locais.

Dentro desta perspectiva, o Projeto Cidades Inovadoras: Curitiba 2030, realizado em uma parceria do Serviço Social da Indústria (SESI/PR) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/PR), têm o objetivo de estabelecer um planejamento de longo prazo para Curitiba, promovendo a competitividade e a sustentabilidade, através da inovação e do capital social do município. Nessa concepção, as cidades inovadoras estão centradas nas pessoas, fator local que diferencia as cidades das cidades inovadoras, sendo elas as transformadoras do ambiente, realizando projetos inovadores e sustentáveis. As perspectivas apresentadas para o futuro da cidade de Curitiba buscam refletir tendências e proporcionar a reflexão sobre o desenvolvimento social e a inovação no espaço urbano.

Os eixos estruturantes do programa, ou seja, as bases para a consecução da visão de Curitiba 2030 são: educação, sustentabilidade, tecnologia e cidadania plena. Após a realização da análise de Curitiba no ano de 2010, foram elencados 7 (sete) temas prioritários para a visão Curitiba 2030, sendo eles: governança, cidade em rede, cidade do conhecimento transporte e mobilidade, meio ambiente e biodiversidade, saúde e bem-estar e coexistência em uma cidade global. Para cada um dos temas elencados, foram estabelecidos, principalmente, os objetivos e ações de impacto para serem realizadas (SENAI, 2010, p. 5-24).

O objetivo deste estudo é de propor indicadores que possam, ao longo dos anos, expressar a evolução das ações almejadas pelo projeto para o alcance dos objetivos da visão Curitiba 2030. A seleção do conjunto de indicadores associados aos objetivos dos temas priorizados nesta pesquisa deve-se a relevância do indicador para o fornecimento das informações desejadas e na difusão do conhecimento, como também, para o acompanhamento dos resultados e avaliação das metas estabelecidas, a partir da percepção dos pesquisadores para a contribuição na pesquisa (ROYUELA, 2001). Como delimitação do estudo, serão contemplados apenas dois dos sete temas priorizados no projeto: “cidade em rede” e “cidade do conhecimento”. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, analisando o conteúdo da publicação Cidades Inovadoras Curitiba 2030: todos pelo bem-estar, focando os dois temas escolhidos, sob o olhar do referencial teórico escolhido e apresentado na sequência.

A complexidade do planejamento das cidades – multidisciplinaridades e história

O planejamento das cidades, principalmente no tocante aos espaços urbanos, tem apresentado no decorrer dos anos diversos desafios à gestão urbana. A busca de soluções para estes problemas se encontra na utilização de indicadores e na análise multidisciplinar destes indicadores. Segundo Choay (1985), a cidade é o símbolo mais eloqüente da cultura ocidental e de suas realizações, que se concretizam no urbano. Assim, o urbano reflete não somente uma questão técnica de arquitetura e engenharia, mas também reflete a imagem de uma sociedade em seu tempo, conforme aponta (CHOAY, 1979, p. 39). Segundo o autor, não se pode pensar o urbanismo a partir de uma visão de régua e compasso, algo fruto apenas do trabalho de engenheiros e arquitetos, encomendado por conselhos municipais (CHOAY, 1979, p.39).

Essa complexidade da cidade levou a uma multidisciplinaridade do planejamento urbano, uma vez que, segundo Harvey (1996), este assunto não pode ficar restrito aos planejadores. O espaço urbano hoje é muito mais que uma questão espacial, sendo um espaço de relações sociais, econômicas e culturais que passam por ciclos de constantes mudanças (SANTOS,1994). Assim, esta mudança no entendimento do que é o urbano encerra o ciclo das técnicas de planejamento e dá lugar a políticas de planejamento, comportando assim a multidisciplinaridade dos conceitos e idéias (OLIVEIRA, 1995).

Para entender a dinâmica da influência da política na cidade, Lefebvre (1999) traça uma linha histórica destacando o papel das cidades num contexto histórico, demonstrando a evolução do papel das cidades como espaço de agregação urbana. Esta linha histórica tem início com a ausência da urbanização e evolui até a consolidação do processo, com a cidade industrial. Assim, durante a exposição deste contexto, Lefebvre desenha a evolução das cidades e sua consequente urbanização. A este processo de consolidação do urbano e alteração do espaço Lefebvre chama de “fenômeno urbano”, fenômeno este que altera o funcionamento, a localização o papel das cidades (LEFEBVRE, 1999).

Para traçar esta linha histórica, Lefebvre (1999) inicia com a sociedade pré-histórica estabelecida por agrupamentos nômades que se estabeleciam em determinado local para exercer suas atividades de subsistência, sobretudo coleta, pesca e caça. Estes grupos não formavam cidades (num contexto de agrupamento urbano como é conhecido hoje), mas sim agrupamentos para prover a subsistência da comunidade nômade. Assim, a cidade, enquanto concretização do urbano tem início com a cidade política. A cidade política é um conceito que nasce depois da sociedade pré-histórica e tem suas bases na escrita. A função da cidade neste período era o poder, pois nela se agregavam os nobres, os escribas e os administradores. Nesta cidade a base econômica era agrícola, cuja função era a manutenção do poder centralizado nos reis sobre a sociedade. Nesta cidade, os agrupamentos para comércio se encontram fora da cidade política, criando espaços segregados para as feiras e atividades mercantis.

A segunda função da cidade, segundo Lefebvre (1999), é a cidade mercantil, que denota a primeira função urbana da cidade (como fator agregador populacional e de reprodução de relações de produção). Embora o campo ainda tivesse a primazia econômica, inicia-se a dicotomia cidade-campo, tendo seus limites espacialmente estabelecidos. As atenções começam a se voltar para a cidade. A realidade urbana começa a ganhar forma e começa a surgir à imagem e a estrutura das cidades. A cidade mercantil é a cidade voltada para as trocas comerciais, que antes aconteciam em entroncamentos fora dos limites da cidade. A cidade mercantil ganha força com o surgimento da burguesia, uma classe intermediária surgida da nova vida comercial da cidade (os burgos).

Na sequência da cidade mercantil, com o advento da Revolução Industrial, surge a cidade industrial. Esta cidade surge inicialmente com uma proposta contrária à formação das cidades, pois havia uma tendência inicial de estabelecimento das indústrias próximas aos fatores de produção: terra, recursos naturais, mão de obra e energia, criando assim novas cidades tipicamente industriais (LEFEBVRE, 1999).

Com o forte movimento de industrialização se estruturando como nova base econômica nos países desenvolvidos as indústrias precisavam se estabelecer nas cidades, para se aproximar do mercado consumidor e do fornecimento de mão-de-obra abundante. Neste período, de acordo com Lefebvre (1999), o forte movimento de urbanização da sociedade para atender a demanda industrial fez com que o tecido urbano se estendesse, atingindo as cidades que ainda preservavam características mercantis. Estas mudanças fizeram com que a sociedade passasse por um rompimento total com o conceito de campo (como oposição à cidade), criando a sociedade urbana, advinda do processo de industrialização.

Segundo Lefebvre (1999), o estabelecimento da cidade industrial e a formação de uma sociedade urbana (processo que Lefebvre vai definir como revolução urbana) leva a um grau de

urbanização tão elevado que leva a uma zona crítica, ponto onde os problemas sociais atingem um grau de complexidade crítico como uma forte concentração urbana, êxodo rural e subordinação total do rural ao urbano. Conforme definido por Lefebvre (1999, p.25):

Nesse momento, a implosão-explosão produz todas as suas conseqüências. O crescimento da produção industrial superpõe-se ao crescimento das trocas comerciais e as multiplica. Esse crescimento vai do escambo ao mercado mundial, da troca simples entre dois indivíduos até a troca dos produtos, das obras, dos pensamentos, dos seres humanos. A compra e a venda, a mercadoria e o mercado, o dinheiro e o capital parecem varrer os obstáculos. No curso desta generalização, por sua vez, a conseqüência desse processo – a saber: a realidade urbana – torna-se causa e razão. O induzido torna-se dominante (indutor). A problemática urbana impõe-se à escala mundial.

A sociedade industrial, com todos seus avanços, caminhou para uma crise urbana, principalmente nos países em desenvolvimento, devido a um aumento considerável da população e a ocupação irregular de espaços de habitações formando bolsões de pobreza e um forte processo de “favelização” das periferias. Por outro lado, as cidades passam a ter um papel de destaque no cenário econômico mundial, como centros de atração de investimentos transnacionais para seu perímetro urbano. Como forma de atração, o sistema tradicional de planejamento passa a se incrementar com novas formas de gestão urbana, como o planejamento estratégico, os megaprojetos urbanos, a flexibilização da legislação urbanística, o marketing urbano, etc.

Outra importante mudança é o processo de metropolização econômica, definido por grandes cidades que têm fortes raios de ação em outras cidades, estados e regiões, alterando econômico e politicamente espaços adjacentes, periférico e sob o raio de influência (conforme figura a seguir, para o caso de Curitiba). Esta influência, formando uma rede cidades compartilha cultura, valores, conhecimento e práticas comuns, mas com a aplicação respeitando as especificidades locais.



Figura 1 – Influência Regional de Rede Urbana de Curitiba
Fonte: Skyscrapercity (2010)

Assim, estes novos processos de gestão urbana apresentam aspectos positivos, como a melhoria na infraestrutura, na mobilidade urbana e nas formas de gestão e relacionamento com o usuário. Porém, também apresentam aspectos negativos, como a incapacidade de atendimento dos serviços públicos de educação, saúde, habitação, etc, o que Robinson (1998) aponta de “vencedores” e “perdedores”.

Relevância dos indicadores na gestão urbana

A descentralização espacial dos municípios brasileiros tem forte impacto com o advento das regiões metropolitanas no Brasil e como consequência da desconcentração econômica no Brasil. A ideia da formação de Regiões Metropolitanas tem início na Constituição de 1967, que no art. 157, facultava a criação de regiões que buscassem serviços de interesse comum (BRASIL, 1967):

§ 10 - A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à realização de serviços de interesse comum.

O estabelecimento das regiões metropolitanas contribui para a formação de pólos regionais de desenvolvimento, com planos diretores e de desenvolvimento localizados e direcionados para as especificidades locais. Esse processo de metropolização abre as discussões para a descentralização dos municípios brasileiros. Com a constituição de 1988, os municípios atingem um maior nível de independência, devido à descentralização promovida pela Carta Magna, com ações e políticas públicas especificamente municipais.

A descentralização promovida pela Constituição de 1988 transfere para as cidades políticas públicas antes centralizadas no governo federal e permite que o município crie e administre seus próprios impostos. As políticas públicas de transferência da União e a cobrança do Imposto Sobre Serviços e o Imposto Predial e Territorial Urbano garantem aos municípios (principalmente os grandes e médios) grandes receitas para investimento e custeio.

Para organizar e adequar o planejamento urbano nas cidades, em 2001 foi aprovado e instituído o Estatuto das Cidades, procurando regulamentar a política urbana no Brasil, tendo como princípios básicos a função social da propriedade e o planejamento participativo. O Estatuto apresenta diversos instrumentos de desenvolvimento urbano, com destaque especial para os planos diretores, que passam a ser obrigatórios para os municípios com mais de 20 mil habitantes, integrantes da área especial de interesse turístico e com significativo impacto ambiental. Em 2003, é criado o Ministério das Cidades para cuidar e normatizar as questões de planejamento urbano no país.

Com este novo cenário, as cidades ganham novas responsabilidades tanto executivas como fiscalizatórias que compreendem melhores práticas de gestão urbana e de planejamento de políticas públicas. Dentro deste contexto, os indicadores fazem-se relevantes como norteadores de proposta de ações e de controle e acompanhamento de ações já implantadas e/ou em execução.

Cabe destacar ainda a atual discussão sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, da qual os espaços urbanos fazem presente, procurando formas de desenvolvimento mais inclusivas, com políticas e ações alternativas que não agredam tanto o meio ambiente, como o próprio espaço social onde as comunidades estão inseridas. Esta nova visão de sustentabilidade passa a ser, em muitos casos, definidora de instrumentos de gestão pública inovadoras como consórcios de municípios para fornecimento de serviços básicos, parcerias público-privadas, terceirização de serviços para empresas privadas, ONGs ou OSCIPs, cobrança de taxas específicas, etc.

A participação popular no planejamento das cidades também é incentivada, com a formação de diversos fóruns como os Comitês Temáticos, as Conferências temáticas, as reuniões e sessões de discussão de planos diretores e do orçamento municipal, as práticas de orçamento participativo e elaboração de propostas orçamentárias e os fóruns de esclarecimentos de políticas públicas. Esta sociedade mais participativa é parte integrante na formação de uma rede de ideias, conhecimento e informações que conectam empresas, instituições, cidadãos e governo na ampliação da democracia e da cidadania.

Assim, com as cidades inseridas neste novo cenário econômico globalizado (como grandes pólos de atratividade econômica) e político (como importante arena para efetivação de políticas públicas), os olhos da gestão pública e de diversos atores, outrora distantes, passam a se ater sobre as cidades. Assim, ações como o projeto Curitiba 2030, amparada pelas contribuições de diversos e respeitados representantes de setores da sociedade, contribuem para a projeção de ações e de políticas voltadas à gestão da cidade.

Cidade em rede e cidade do conhecimento

A temática cidade em rede representa as ações para que Curitiba em 2030 seja referência de municípios em que os cidadãos e instituições estejam conectados em redes. Para isso, devem-se estimular os atores para se conectarem em redes sociais, desenvolver capacidade técnica de infraestrutura e de acesso às redes, desenvolver as competências na capacitação de pessoas para a tecnologia informacional e estimular as empresas para a consecução de negócios em rede (SENAI, 2010, p.32).

O tema abordado da cidade em rede apresenta como primeiro objetivo mobilizar os atores para a participação em redes sociais, para isso os indicadores propostos para o monitoramento da consecução desse objetivo permeiam a quantificação do número de redes sociais no país com usuários brasileiros, a quantidade de usuários e a segmentação, o conteúdo das discussões, relevância dos temas e volumes dos negócios. As fontes de dados para a construção dos indicadores são órgãos governamentais, institutos de pesquisas e o Comitê Gestor da Internet.

O segundo objetivo apresentado na temática cidade em rede, caracteriza-se pela ampliação da infraestrutura de rede e acesso a *Internet*. Na primeira ação, tem-se atualização e expansão da infraestrutura de rede, para a segunda ação foi estabelecida a instituição de um modelo de governança e na terceira ação está o estímulo a formação de capital humano. Os indicadores para as ações compõem a quantidade de convênios celebrados entre os governos e o Terceiro Setor, a quantidade de produtos/projetos entregues pelos comitês e a quantificação do número de profissionais em nível superior formados por ano em cursos da área de tecnologia da informação, tendo como fontes de informação os órgãos governamentais e as instituições de ensino superior.

Para o terceiro objetivo, que compreende o desenvolvimento de competências informacionais, a primeira ação estabelece a implementação de estratégias para um efeito multiplicador das competências informacionais e na segunda ação é delineado a elaboração de um sítio eletrônico de educação a distância para o desenvolvimento das competências informacionais. Os indicadores elaborados para as referidas ações devem versar sobre a quantidade de concluintes nos cursos de capacitação de competências informacionais, a quantidade de acessos ao portal, qualidade do conteúdo, a interatividade dos visitantes com as ferramentas disponíveis, os recursos disponibilizados nos orçamentos públicos e a quantidade de parcerias com entidades e alunos capacitados. As fontes de informação para a construção dos indicadores são as Secretarias de Estado, organizações do terceiro setor, entidade administradora do sítio eletrônico.

No quarto objetivo, estimular as organizações a desenvolverem negócios na *Internet*, a ação compreende o estímulo no uso das ferramentas para a consecução das transações de negócios na rede. Os indicadores para esta ação versam sobre a quantidade de sítios eletrônicos de *e-commerce*, o volume de negócios transacionados, a interação entre os atores envolvidos no processo e as inovações aplicadas ao segmento.

A temática cidade do conhecimento demonstra o anseio de que Curitiba seja vista como uma cidade produtora de conhecimento, com alto nível educacional dos seus habitantes, infraestrutura de estabelecimentos de ensino, mercado de trabalho que retenha os talentos, desenvolvendo uma conjuntura para o desenvolvimento de competências e ao empreendedorismo e a inovação (SENAI, 2010, p. 38).

No primeiro objetivo desta temática, o desenvolvimento de ambientes propícios para o crescimento dos níveis educacionais, a primeira ação planejada envolve a formação continuada dos profissionais do magistério, sendo para a segunda ação a melhoria da infraestrutura dos equipamentos da rede educacional e na terceira ação é o estímulo as ações inovadoras para a área educacional. Os indicadores associados a estas ações contemplam a quantificação nos planos de carreira do magistério do incentivo a formação continuada dos docentes, a quantidade de programas que propiciam a integração entre a comunidade e a escola e o mapeamento dos projetos voltados para a inovação no ambiente educacional.

Para o segundo objetivo, o fortalecimento da relação entre a escola e a comunidade, a primeira ação tange os mecanismos de integração e a comunidade e a escola, a segunda ação volta-se para a articulação desses atores e a terceira ação compete à consciência cidadã e socioambiental nos modelos educacionais. Para essas ações, os indicadores devem indicar a quantificação de unidades educacionais que oferecem programas multifuncionais, o número de projetos implementados para a integração entre a escola e a comunidade e o desenvolvimento da consciência socioambiental.

No terceiro objetivo, formar cidadãos que produzam conhecimento, a primeira ação compete modificar o sistema educacional para o caminho de um modelo de sociedade sustentável, para a

segunda ação cabe o estímulo para a disseminação do conhecimento na sociedade e a terceira ação retrata a necessidade do empenho na qualificação dos cidadãos, estabelecendo metas e objetivos a serem atingidos. Os indicadores associados às ações apresentadas versam sobre a reformulação dos conteúdos educacionais, sendo esses voltados para a sustentabilidade, a quantificação dos projetos de cooperação técnica e intercâmbio entre diversas instituições de ensino e a evolução do número de anos de ensino cursados pelos cidadãos.

No quarto objetivo, desenvolvimento de um ambiente de empreendedorismo, inclusão e integração na sociedade voltada para a inovação, compete à primeira ação a modificação da infraestrutura e das políticas para o fomento a inovação, sendo para a segunda ação o desenvolvimento das iniciativas no âmbito do município voltadas para a inovação e a atração de novas empresas. A terceira ação está relacionada ao fluxo de informações na sociedade e a quarta à criação de um ambiente de retenção de talentos no município. Os indicadores associados às ações referidas dizem respeito à quantificação de parques tecnológicos no município, projetos e termos de cooperação entre governo, instituições de ensino superior e empresas voltados para a atração de organizações da área tecnológica para a cidade, bem como, o mapeamento dos cursos de nível técnico e superior com ênfase em inovação tecnológica e a quantificação dos projetos entre setor público e privado celebrados com o objetivo de criação de processos de inovação.

Para o quinto objetivo desta temática na visão Curitiba 2030, desenvolvimento de competências de acordo com a conjuntura do mercado de trabalho, as ações estão voltadas ao mapeamento e ao desenvolvimento das competências necessárias, além da mudança do paradigma vigente e o estímulo à divulgação do empreendedorismo na rede. Os indicadores associados a essas ações devem contemplar a quantificação dos projetos e estudos sobre os requisitos profissionais solicitados no mercado de trabalho, o número de cursos de qualificação ofertados e a promoção de redes de empreendedorismo vinculadas ao setor público e privado.

A visão de Cidades Inovadoras Curitiba 2030: todos pelo bem estar, representa a visão da cidade com foco nas pessoas e na qualidade de vida, relevando a mutação dos espaços urbanos como organismos vivos. Para tanto, os objetivos traçados, principalmente em recorte específico desta pesquisa nas temáticas “cidade em rede” e “cidade do conhecimento”, explicitam a proposição de um planejamento de longo prazo para a inovação dos espaços e a interação entre os cidadãos, com a consecução de uma cidade mais adaptada às necessidades futuras na promoção de bem estar aos seus cidadãos (SENAI, 2010).

A reunião deste conjunto de objetivos nas temáticas “cidade em rede” e “cidade do conhecimento” busca prospectar estas ideias da visão de longo prazo de cidade inovadora para Curitiba, nas perspectivas de conectividade e interação entre os atores sociais e produção e disseminação do conhecimento. A prospecção das ideias apresentadas deverá orientar essa visão de futuro a comunidade científica, aos cidadãos, instituições e principalmente aos governos, produtores por excelência de políticas públicas. No entanto, os resultados obtidos a partir deste planejamento não serão uniformes entre as localidades, a partir de uma série de fatores que influenciam o desempenho das políticas planejadas, como os aspectos estruturais, culturais e históricos das cidades. Além disso, do comprometimento dos cidadãos e das instituições e da capacidade de gestão dos governantes na promoção das políticas públicas (SANTOS, 1994; OLIVEIRA, 1995; SENAI, 2010).

Tal visão de futuro e planejamento de uma cidade inovadora em um ambiente de desenvolvimento sustentável justifica-se na própria formação das sociedades urbanas e dos problemas críticos de gestão urbana das grandes metrópoles. A reunião de um conjunto de indicadores para os objetivos propostos nas temáticas analisadas visa permitir a avaliação e eventual correção das políticas para o alcance dos resultados almejados. A seleção dos indicadores apresentados, de análise qualitativa e quantitativa, demonstra a influência entre a ação desses diversos atores sociais com as transformações estruturais, culturais e sociais que ocorrem ao longo do tempo nos centros urbanos. Na temática de “cidade em rede” o conjunto de indicadores envolvem a infraestrutura de tecnologia e a utilização de redes sociais para a interação entre usuários de diversos segmentos, além da consecução de negócios na *internet*. Para tanto, esses indicadores são preponderantemente quantitativos, envolvendo os governos, cidadãos, empresas e o Terceiro Setor. Já para o tema de “cidade do conhecimento” os indicadores são majoritariamente qualitativos, versando sobre a produção de conteúdos educacionais, desenvolvimento de ambientes de disseminação de conhecimento, formação de cidadãos produtores de conhecimento e desenvolvimento da visão empreendedora voltada para a inovação. Assim, é justamente na esfera local que a seleção dos indicadores que expressam os resultados das ações implementadas torna-se mais relevante. É nesta esfera que as políticas públicas apresentam maior penetração na

sociedade e possibilitam a ação efetiva dos cidadãos no controle social das políticas (LIMA, 2008; LEFEBVRE, 1999).

Considerações finais

Os desafios para a visão Curitiba 2030 são a formulação de indicadores que acompanhem o desenvolvimento das ações propostas nos diversos objetivos e temáticas do plano. Os objetivos e ações do programa devem ser constantemente revistos para adequá-los as transformações da sociedade. O arranjo institucional se constitui em outro desafio para o projeto, sendo necessário o envolvimento, a condução e a harmonização de interesses dos diferentes atores, para o atingimento da visão almejada para Curitiba no horizonte de 2030. O uso de indicadores pode auxiliar neste processo.

A seleção dos indicadores, de análise quantitativa e qualitativa, visa o auxílio no acompanhamento dos objetivos traçados para as duas temáticas analisadas neste estudo: “cidade em rede” e “cidade do conhecimento”, sendo por meio de um conjunto de indicadores que reflitam a realidade dos resultados das ações propostas, que deve ser realizado o acompanhamento, avaliação e eventual correção das propostas para esta visão de longo prazo de construção de uma cidade mais inovadora e adaptada as necessidades dos seus cidadãos.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituição67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao67.htm)>. Acesso em: 19 de fev. 2012

CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo, Perspectiva, 1979.

CHOAY, F. **A regra e o modelo**. São Paulo, Perspectiva, 1985.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999. 178 p.

LIMA, A. J. Governo local e governança urbana: a participação em questão. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 12, n. 2, p. 13-24, 2008. Disponível em: [http://www.revistapoliticaspublicas.ufma.br/download .php?id_publicacao=186](http://www.revistapoliticaspublicas.ufma.br/download.php?id_publicacao=186). Acesso em: 09 de mar. 2012

MENDES, A. M. C. P. et al. Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro. In: SILVA, C. L.; LIMA, J. E. S. (Org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo, 2010, p. 3-34

OLIVEIRA, D. **A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba**. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 1995.

ROBINSON, F. **Urban regeneration policies in Britain in the late 1980s: Who benefits?** New Castle upon Tyne: University of New Castle upon Tyne/Centre for Urban and Regional Development Studies, 1989.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo :Hucitec, 1994.

SENAI. Departamento Regional do Paraná. Curitiba Cidade Inovadora 2030. Curitiba: Senai/PR, 2010

SKYSCRAPERCITY. **IBGE: Domínio regional de Curitiba avança**. Publicado em 19 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1282119>>. Acesso em: 10 set. 2012

ROYUELA, M. A. Los Sistemas de Indicadores Ambientales y su Papel en la Información e Integración Del Medio Ambiente. **I Congreso de Ingeniería Civil, Territorio y Medio Ambiente.**, Madrid, 2001. Disponível em: <http://www.ciccp.es/webantigua/icitema/Comunicaciones/Tomo_II/T2p1231.pdf>. Acesso em: 10 set. 2012.